

PLANO DF MELHOR PRA TODOS

DEMOCRACIA CRISTÃ

2023 - 2027

Governador Lucas Salles
Vice-Governadora Suelene Balduino

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO

2. 9 EIXOS DA MUDANÇA

- 2.1. Saúde
- 2.2. Educação
- 2.3. Segurança
- 2.4. Desenvolvimento Humano e Cidadania
- 2.5. Cultura, Esporte e Lazer
- 2.6. Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
- 2.7. Transporte e Mobilidade Urbana
- 2.8. Emprego e Renda
- 2.9. Gestão Pública

3. Os 27 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- 3.1. Reestruturar à Saúde integrando a gestão de todo o sistema
- 3.2. Melhorar a qualidade dos serviços de saúde com a organização dos profissionais da saúde de acordo com a sua formação e experiência
- 3.3. Dinamizar a gestão da Rede Distrital de Saúde com a Integração da Secretaria de Saúde com as Administrações Regionais
- 3.4. Priorizar e expandir com a implantação de mais um modelo

inovador de creche para reduzir o déficit existente na Educação de Primeira Infância (Criança de Futuro)

3.5. Transformar paulatinamente as escolas de ensino médio em escolas técnicas profissionalizantes (ofertantes de cursos técnicos)

3.6. Priorizar e incentivar a modernização da educação básica com ferramentas tecnológicas

3.7. Oferecer condições de qualificação e busca da excelência permanente na Gestão Escolar e dos professores e servidores da educação

3.8. Reduzir a criminalidade com programas de reeducação com apoio psicológico

3.9. Garantir segurança alimentar e nutricional e reduzir o número de pessoas em situação de rua no DF.

3.10. Implantar o conceito, a visão de educação de ponta a ponta - da primeira infância até o ensino superior (Universidade do Distrito Federal)

3.11. Promover a implantação de uma rede de museus que "mostrem a história do Brasil e de Brasília, que dêem ênfase à história, à ciência, aos nossos recursos naturais, à nossa arte, com o objetivo de fortalecer a nossa consciência cultural.

3.12. Ampliar a oferta de equipamentos como academias ao ar livre e incentivar a prática de atividades físicas em todas as idades

3.13. Planejar e construir unidades habitacionais com equipamentos públicos

3.14. implantar o "maior programa brasileiro" de regularização fundiária urbana

3.15. Reformar e construir espaços públicos de lazer e vivências

3.16. Promover a responsabilidade e consciência ambiental, principalmente no tocante à oferta hídrica

3.17. Implantar programa de engenharia de tráfego com base tecnológica para melhorar a fluidez e a segurança no trânsito

3.18. Qualificar a oferta de transporte coletivo visando a modernização do sistema

3.19. Incentivar o empreendedorismo e melhorar o ambiente de negócios no DF – do Micro ao Grande

3.20. Criar linhas de crédito efetivamente acessíveis aos microempreendedores urbanos e rurais com qualificação técnica e sem burocracia

3.21. Atrair e estimular a criação de novas empresas no DF e entorno

3.22. Desenvolver o potencial turístico e cultural

3.23. Gerar empregos de forma planejada em todas as regiões administrativas

3.24. Dinamizar o Governo Digital no GDF para desburocratizar e simplificar os processos melhorando a prestação dos serviços públicos à população.

3.25. Programa de modernização, valorização e qualificação para todos os servidores com perspectiva de evolução profissional baseado em Missão, Visão e Valores

3.26. Criar programas que estimulem a eficiência dos serviços administrativos

3.27. Aumentar a transparência e a participação da sociedade, da população do Distrito Federal nos processos de alocação orçamentária e de licitações com a unificação do portal da transparência e de todos os serviços prestados por Secretarias, Autarquias, Empresas, Administrações Regionais e nos Órgãos Especializados.

1. APRESENTAÇÃO

O Distrito Federal é um dos 27 entes federados do Brasil e está dividido em 33 regiões administrativas. A sua forma de governo está

baseada nos Três Poderes, sendo o Poder Legislativo distrital uma mescla dos Legislativos estaduais e municipais do Brasil. Possui cerca de 3 milhões de habitantes, a grande maioria formada por imigrantes e descendentes, cenário que culminou em uma rica diversidade cultural.

O Distrito Federal possui um dos melhores IDHs do Brasil, por causa da renda per capita do DF, mas esse índice não corresponde à realidade de milhares de pessoas que vivem no nosso "quadrado"; esse contraste pode ser verificado nas regiões administrativas. Só um governo com sensibilidade humana para resolver os problemas que se avolumam nas áreas da saúde, educação, geração de emprego e assistência social, entre outras áreas. O Distrito Federal é hoje uma das regiões de maior desigualdade social do Brasil. A sua economia está baseada no funcionalismo público, no comércio e serviços, bem como no turismo.

O PIB do DF foi 274 bilhões de reais em 2021, atingindo R\$ 2.384 per capita, o maior do Brasil. Esse valor é 33% maior que São Paulo por exemplo, 2º colocado no ranking, e 260% maior que o do Maranhão, último colocado no ranking. Os números podem mascarar a desigualdade social que existe na cidade. Há regiões tão ricas que o padrão de vida é comparável a países nórdicos, como o Lago Sul. A região nobre de Brasília tem renda per capita de R\$ 7.655, enquanto a Cidade Estrutural tem renda de R\$ 486. Ou seja, uma diferença de 1.475%. Enquanto o Lago Sul se compara a Portugal, a Estrutural se compara ao Zimbábue.

Apesar de possuir a maior renda per capita do Brasil, o Distrito Federal convive diariamente com uma situação de alto desemprego, bolsões de miséria e situação de grande vulnerabilidade social. Aliado aos altos índices de violência, principalmente nas regiões mais distantes do Plano Piloto, a rede de saúde do DF não atende as necessidades mínimas da população, fazendo com que nossa cidade seja manchete em todos os telejornais do país como símbolo do caos na Saúde.

A população está cansada de promessas não cumpridas e anseiam por mudanças no Governo do Distrito Federal. Nas diversas caminhadas feitas pelo Candidato a Governador Lucas Salles e sua Candidata a Vice Governadora Suelene Balduino no últimos 2 anos, pôde-se constatar a vontade de mudança presente nos olhos de todos os habitantes. Apesar do sofrimento e lutas diárias, a esperança ainda

persiste e a população acredita neste projeto de governo. Dessas andanças, reuniões e sessões de perguntas e respostas das pessoas de diferentes regiões é que nasceu o nosso projeto de gestão denominado DF MELHOR PRA TODOS que agora apresentamos para o debate no processo eleitoral e consequentes alterações quando as considerações forem pertinentes e necessárias, buscando sempre a evolução social e econômica do DF.



O partido Democracia Cristã, tem por base visão semelhante ao partido que reconstruiu a Alemanha no pós-guerra; nascido com inspiração nos valores CRISTÃOS em sua forma de ver o mundo e compreender a sua missão: LIBERDADE, SOLIDARIEDADE E JUSTIÇA, o nosso partido tem uma visão inteira de como se deve fazer política no Brasil e no mundo. cristã,

O nosso compromisso maior é com a FAMÍLIA, com a defesa de seus valores e o atendimento pleno de suas necessidades, e o objetivo fundamental, a construção de um País de todos e para todos, UM SÓ BRASIL PARA TODOS OS BRASILEIROS. Mesmo com os problemas que afligem nossa população do Distrito Federal, a esperança permeia nosso Plano de Governo e temos como DIRETRIZ ou META SÍNTESE: Tornar o Distrito Federal modelo de desenvolvimento e inclusão social para o Brasil.

A mudança que queremos fazer começa colocando as pessoas no centro da Gestão!



O servidor público do Distrito Federal será valorizado e participará das tomadas de decisão. Não só a remuneração será ampliada, mas também os processos de trabalho serão remodelados, compatibilizando as melhores aptidões com as necessidades de cada setor. O orçamento público e as obras de infraestrutura também terão as pessoas no centro da decisão. Pessoas de todas as regiões serão voz ativa na alocação de recursos e na definição de prioridades.

2. 9 EIXOS DA MUDANÇA

Os 09 eixos de mudanças são uma classificação dos desafios a serem vencidos. O que se quer mudar em cada área, de forma sistematizada.

2.1. Saúde

É sofrível a qualidade dos serviços de saúde prestados pela rede pública em Brasília e no entorno da capital. Podemos apontar a

existência de grandes filas para cirurgias eletivas, falta de insumos, medicamentos e recursos humanos. São necessárias mais transparência e eficiência nos gastos dos recursos públicos desse setor. Vamos reestruturar a saúde que hoje vive um apagão, vamos reacender a esperança com um "choque de gestão" dando autonomia para os servidores que ficarem à frente da Secretaria de Saúde, dos hospitais, UPAS e Unidades de Saúde básica, vamos deixar os processos da saúde claros, transparentes de forma que toda a população possa acompanhar esses procedimentos e dar retorno deles através do aplicativo DF NA PALMA DA MÃO.



A situação é grave. A Secretaria de Saúde do Distrito Federal recebe transferências de recursos federais para desenvolver ações e serviços públicos na rede, inclusive recursos advindos de emendas parlamentares. No entanto, o envio das verbas não tem se refletido na qualidade dos atendimentos.

Alguns exemplos são expressivos. O Hospital de Base do Distrito Federal possui 16 centros cirúrgicos. Na madrugada, ficam abertos apenas dois; ficam 14 ociosos. Nos finais de semana, ficam abertos apenas dois; ficam 14 ociosos. Não dá para as pessoas ficarem esperando mais de três anos por uma simples cirurgia na rede pública.

O Orçamento prevê para a saúde do Distrito Federal a destinação de R\$ 9 bilhões por ano, um dos maiores do país. Faltam controle, fiscalização e gestão para aplicar bem os valores destinados à saúde. Há sem dúvida uma sobrecarga na rede pública desde antes da pandemia de covid-19, e que essa doença só agravou o que já era caótico. É necessária a valorização dos profissionais, com a realização de concursos públicos e a elaboração de plano de cargos e salários para que esses trabalhadores permaneçam em suas unidades.

Alvo de denúncias de irregularidades e reclamações da população, o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (Iges-DF) sofre críticas desde que foi criado. O instituto foi criado para ampliar o modelo do Instituto Hospital de Base (IHBDF) e atualmente faz a gestão do Hospital de Base e do Hospital Regional de Santa Maria, além das unidades de pronto atendimento (UPAs) de Ceilândia, do Núcleo Bandeirante, do Recanto das Emas, de Samambaia, de São Sebastião e de Sobradinho. O Iges foi criado para ter flexibilidade em contratações e na compra de insumos. Hoje, o Iges apenas tem tentado melhorar a sua capacidade de comprar insumos. No começo, ele foi mais rápido; agora, o Iges demora mais do que a própria secretaria, que responde à Lei 8.666, de licitações, para comprar insumos. Na verdade, hoje o IGES é um centro de escândalos. Vamos extinguir o IGES e fortalecer a Secretaria de Saúde, com contratos temporários e realizando concurso para o fortalecimento do corpo de profissionais do quadro permanente de servidores.

2.2. Educação

No Distrito Federal, as salas de aula da Educação Infantil (4 e 5 anos) podem ter até 30 alunos, mas há relatos de turmas com 40 crianças. Já as de ensino médio chegam a 42 estudantes. Além de impossibilitar o necessário distanciamento entre os estudantes devido à pandemia, a superlotação das salas de aula também prejudica o processo de aprendizagem, já que não é possível a realização de um ensino individualizado. A Escola não é depósito de aluno. É necessário que haja qualidade e condições necessárias para aprendizagem.

Falta de creches, violência na escola, falta de apoio aos profissionais de educação, tudo isso junto se transforma num golpe

grande no presente de nossas crianças e no futuro de nossos jovens. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) está com problema também. Para justificar a tentativa de fechamento do segmento, o GDF aponta uma suposta falta de demanda. Isso porque, com a crise financeira, muitas pessoas não conseguiram mais acompanhar as aulas, seja por não terem computador (ou outro dispositivo) e internet, ou precisarem trabalhar dia e noite para garantir o sustento da família. Mesmo com esse cenário, o GDF não apresentou uma proposta de busca ativa desses estudantes nem de políticas públicas que viabilizassem o ensino para jovens e adultos

Com a maior demanda na rede distrital de ensino, o GDF aposta na contratação de professores com contrato temporário, que têm redução de direitos. A rede pública de ensino já conta com 11 mil professores com esse sistema de contratação, o que representa 1/3 da categoria. Com isso, fica fragilizado o vínculo entre docentes e a comunidade, já que há grande rotatividade desses profissionais nas escolas.

A qualidade da educação também é um ponto de atenção. Pesquisas mostraram que cerca de 40% dos alunos que terminam o ensino fundamental são iliteratos em matemática e ciências. 126 escolas estão com foco de violência no DF, falta vontade, sensibilidade do atual governo e competência mesmo para poder resolver esses problemas.

2.3. Segurança

Bolsões de Criminalidade em algumas RAs, zona rural do DF completamente desassistida, falta de efetivo, falta de integração entre as polícias. O número de feminicídios no DF tem crescido ano após ano, não havendo ações efetivas para a solução do problema.

Não há equiparação das forças policiais e bombeiros, nem plano de carreira para os militares.

Sucateamento dos veículos de operação e equipamentos e falta de tecnologia e inteligência.

Não há manutenção dos quartéis. Há anos não tem nenhuma

reforma.

Não há um big data com informações sobre o crime e inteligência que permita evitar o crescimento de facções no Distrito Federal.

2.4. Desenvolvimento Humano e Cidadania

O DF e os municípios do Entorno tornaram-se a terceira área metropolitana do país, atrás somente das de São Paulo e Rio de Janeiro. A explosão populacional em somente seis décadas, resultado de fluxos migratórios intensos, especialmente do Nordeste, aumentou os problemas da mais jovem capital do país. Sua periferia inchou com aqueles que não conseguiram residir em Brasília, formando um aglomerado de municípios pobres e dependentes, todos em Goiás. E as estatísticas comprovam isso.

Enquanto a renda média de cada morador do DF era de R\$ 2.461 há dois anos, esse mesmo indicador (per capita) era de minguados R\$ 661 para os habitantes desses 12 municípios goianos. Ou seja, a renda média dos moradores dessa periferia correspondia a apenas 27% dos residentes no DF, mesmo incluindo as cidades-satélites mais pobres.

A última Pesquisa Metropolitana por Amostragem de Domicílios (PMAD), realizada em 2018 pela Codeplan, destacou que a renda média desses domicílios goianos está abaixo de três salários mínimos. Isso significa que sua população é de baixa renda. Outros indicadores confirmam as enormes disparidades. Um deles é o nível de escolaridade. Nessa periferia goiana, apenas 5,67% dos seus moradores declararam ter conseguido concluir o curso superior, enquanto no DF 33,9% afirmaram ter curso superior completo. Estima-se que 2.938 pessoas vivem em situação de rua no Distrito Federal. A informação é da pesquisa da Companhia de Planejamento (Codeplan) em 2022. Os dados mostram que, desse total, 29,2% estão nessa condição há mais de 10 anos. Outros 38,2% da população em vulnerabilidade social afirmaram que foram para a rua desde o início da pandemia, ou seja, há cerca de dois anos. Cenas lamentáveis de pessoas passando a madrugada em filas para serem atendidas em unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Distrito Federal dominam o noticiário local nos últimos meses. O CRAS se destina ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de

vulnerabilidade e risco social. Entre os serviços mais demandados pela população, está a inscrição ou atualização no Cadastro Único (CadÚnico), que é a porta de entrada para o recebimento de benefícios sociais, como Auxílio Brasil, cartão Prato Cheio e outros. O caos que se viu em CRAS de diferentes regiões administrativas da capital tem algumas explicações. Primeiro, a demanda de fato aumentou exponencialmente nos últimos anos, em meio à crise econômica decorrente da pandemia, que arrastou ainda mais gente para uma situação de miséria e fome.



Ao mesmo tempo, ao buscarem a assistência social, essas pessoas em situação de vulnerabilidade encontraram um sistema despreparado, com pouco mais de um terço do número de servidores necessários e uma estrutura física totalmente inadequada e insuficiente para atender o público com dignidade.

2.5. Cultura, Esporte e Lazer

A situação de abandono das praças e parques em todo o Distrito Federal é notória e provoca queixas dos moradores de todas as regiões. Brinquedos quebrados, mato alto, criminalidade e a falta de revitalização nas quadras poliesportivas são as principais reclamações da comunidade. O uso de diversos equipamentos públicos para lazer e esporte está muito restrito. As quadras ficam superlotadas em diversos

horários e fechadas em outros horários.

Símbolo de Brasília e referência cultural, o Teatro Nacional Cláudio Santoro, um dos maiores espaços culturais da cidade, está se deteriorando aos poucos. Desde dezembro de 2013, não há espetáculos no espaço projetado por Oscar Niemeyer. Assim, há três anos, as entradas que dão acesso ao edifício servem de abrigo para mendigos e ponto de drogas. Um paradoxo entre a arte e as mazelas da capital do país.

2.6. Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

A situação fundiária rural do DF é diferente das demais unidades federativas, desde a sua origem, em razão de existirem terras pertencentes a particulares, à União, ao Distrito Federal e à Terracap, o que torna mais complexa a regularização fundiária como um todo. Apesar de estarmos inseridos em um espaço pequeno, o DF possui diversas questões em relação ao ordenamento territorial, que geram problemas econômicos e preocupações sociais, como a segurança pública, a desapropriação e a derrubada de imóveis de pessoas que já detinham a documentação de cessão de direitos e a posse do imóvel, seja ele urbano ou rural, por longos anos. Com a pandemia, esse problema habitacional se agravou, apesar dos diversos decretos e leis que regulamentaram algumas comunidades.

No que diz respeito às questões urbanas e ambientais, o Distrito Federal apresenta diversas peculiaridades devido à ocupação desordenada do solo sem planejamento, ocasionando uma série de problemas ambientais e socioambientais que afetam todo o conjunto da população. Um dos modelos de expansão urbana adotado no Distrito Federal é a criação de condomínios horizontais, os quais, em sua imensa maioria, foram constituídos de maneira irregular e sem qualquer preocupação ambiental e urbanística, com expressiva transformação das paisagens e impactos ambientais negativos. O constante aumento populacional e a segregação sócia espacial levaram os menos “favorecidos” economicamente a ocupar áreas destinadas à preservação permanente, apesar de estarem perto do centro das decisões políticas da nação. Diante do problema, o DF passa por processos erosivos em áreas urbanas, e problemas de captação de

águas pluviais, como no setor de Vicente Pires e Arnaireiras.

A recente crise hídrica que assola o país é matéria corriqueira nos meios de comunicação. A escassez decorre tanto da falta de investimento nos meios de captação, quanto do excesso no consumo e do desperdício nos sistemas de distribuição. Diversas unidades da federação não realizaram os investimentos necessários na ampliação dos sistemas de captação e reservatórios hídricos, de forma a garantir o abastecimento adequado, bem como não adotaram medidas visando à racionalização do uso de água.

Outro problema é a questão dos resíduos sólidos. Cerca de 40% do lixo produzido em residências e demais localidades no Distrito Federal é composto por sobras de alimentos. Não há tratamento apropriado para esse lixo. No caso dos resíduos coletados pelas empresas prestadoras de serviço fundamentou-se na triagem e pesagem do material nos seguintes grupos: plástico, papel, vidro, metal, outros. Ainda é um percentual baixo de materiais reciclados, e os grupos que controlam o setor são poucos.

2.7. Transporte e Mobilidade Urbana

A mobilidade urbana é um dos temas urgentes no Distrito Federal. Se faz necessário um reestudo de mobilidade e adequação de infraestrutura de forma que se possa integrar o Plano Piloto às regiões localizadas no norte-sul e interligações. O monotrilho apresenta-se como o transporte mais viável; é necessário recuperar o metrô e construir terminais modernos com estacionamento para carros, motos e bikes, com pontos de apoio para banhos e guarda-volumes. Basta percorrer as principais vias num fim de tarde para constatar: mesmo expressas e largas, como o Eixão e o Eixo Monumental, ficam abarrotadas de carros a velocidade média inferior a 20km/h. Os ônibus superlotados também se sujeitam à lentidão. Afinal, não há nenhuma prioridade (corredor de ônibus) nos dois eixos viários que cruzam a capital federal. Em 2008, a frota motorizada registrada no DF alcança 1 milhão. Lembro bem do seminário promovido pelo Departamento de Trânsito (Detran/DF) naquele ano para debater problemas e soluções para a grande quantidade de carros. Uma década depois, a frota se aproxima de 2 milhões. O órgão de trânsito realizará outro seminário?

Os velhos problemas serão debatidos e novas promessas serão anunciadas? A solução para o caos automotivo é bem conhecida e foi adotada em cidades modernas há décadas: investimento no transporte coletivo integrado à mobilidade ativa e desestímulo ao uso do carro, e aumentar o uso dos Táxis e carros por aplicativos especialmente na área central. As leis refletem a mobilidade moderna e estabelecem a prioridade dos modos ativos e coletivos de transporte, a exemplo da Política Nacional de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor de Transporte Urbano (PDTU/DF). Mas a realidade das ruas é oposta à legislação. Os seguidos governos insistem na velha lógica rodoviária de ampliar vias e construir túneis e viadutos. Além do alto custo de construção e manutenção (este nem sempre é incluído na fatura), as novas pistas incentivam mais pessoas a usarem o carro no dia a dia. A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (2018) revelou que 47% dos deslocamentos são feitos por transporte individual motorizado, índice altíssimo em relação a outras capitais do país. Construir mais pistas para solucionar os congestionamentos é como afrouxar o cinto para resolver a obesidade.

A Rodoviária do Plano Piloto, por onde circulam cerca de 700 mil pessoas por dia, simboliza o descaso com a acessibilidade e a mobilidade. Passar entre as plataformas do principal terminal de transporte requer vigor físico; afinal, as escadas rolantes e os elevadores desativados são velhos conhecidos. As calçadas destruídas e a falta de rampas de acesso em volta do terminal obrigam cadeirantes a disputarem espaço na pista, entre carros e ônibus. Para os ciclistas, o desafio também é grande: o bicicletário foi desativado e as ciclofaixas estão apagadas e ocupadas por táxis e ônibus.

Basta ver a área central com pistas, estacionamentos, canteiros e calçadas repletos de carros para constatar que o modelo está equivocado. Não cabem tantos carros. Preço da passagem, segurança, tempo de espera, estado dos veículos, informações das linhas e horários na plataforma DF no Ponto, lotação dos ônibus e quantidade são os principais problemas identificados no transporte público do Distrito Federal

Isso sem falar nas obras inacabadas (túneis e final da w3 sul por exemplo). A demora gera prejuízos econômicos para os comerciantes e muito problema para os usuários.

2.8. Emprego e Renda

Taxa de desemprego maior que a média nacional (11a maior taxa por unidade de federação), 280 mil pessoas desempregadas (17% da população ativa). A renda, apesar de a mais alta do país, não representa o setor privado (que é cerca de 2.273, abaixo dos 2548 de média nacional).

No Distrito Federal, o setor de serviços, que inclui o comércio, representa cerca de 95% da economia. Nas Regiões Administrativas de baixa renda e nos municípios do Entorno, as principais oportunidades de emprego estão no comércio e em serviços menos elaborados. Como a participação de outros setores é limitada, a população residente nessas regiões foi desproporcionalmente prejudicada pela restrição de atividades presenciais, muitas delas impossibilitadas de adotar o trabalho remoto.

A taxa de desemprego local reflete essas questões, com impacto diferenciado sobre nível de renda, regiões, gênero e idade. As populações de baixa renda do DF apresentaram taxas de desemprego quase 15 pontos percentuais superiores às taxas da população de renda média-alta. Essa diferença tem se reduzido, mas ainda reflete uma distribuição desigual das perdas provocadas pela pandemia.

Em relação à taxa de desemprego de homens e mulheres, a participação desses dois grupos na população economicamente ativa é similar. Entretanto, observamos uma maior parcela das mulheres entre os desempregados, uma vez que a taxa para elas é cerca de cinco pontos percentuais superior à dos homens.

Também é importante observar que o desemprego é especialmente alto entre os jovens, chegando a quase 50% para essa faixa etária no início da pandemia, o que tende a potencializar

o fenômeno dos nem-nem, aqueles que nem trabalham nem estudam. Atualmente, o percentual de jovens nessa situação é considerável – algo entre um terço e um quarto deles –, com uma maior participação de mulheres nesse grupo. Observa-se que a crise econômica provocada pela pandemia está associada a padrões de desequilíbrios que a economia do DF apresentava antes mesmo da

crise. Já havia uma situação de vulnerabilidade maior para populações residentes em regiões mais pobres, onde as oportunidades de emprego locais se concentram no setor de serviços pouco complexos e no comércio, em que vínculos empregatícios têm menor estabilidade trabalhista. Essa constatação sugere que há, no DF, uma vulnerabilidade estrutural para essas populações, problema que ganhou maior evidência com a pandemia.

Dessa forma, torna-se urgente o reconhecimento da necessidade de políticas não apenas emergenciais, mas, também, que modifiquem em médio e longo prazos, a situação dessas famílias. Isso inclui não somente a ampliação, nos momentos de crise, dos projetos de transferência de renda já existentes, importantes para impedir interrupções no processo de recuperação econômica.

2.9. Gestão Pública

Serviços públicos no DF são prestados de forma deficiente, o Na Hora não funciona, Detran demora mais que a média nacional em quase sua totalidade dos serviços. Alguns órgãos públicos do governo do DF são ineficientes e há uma série de atividades sobrepostas e desintegradas. No Distrito Federal temos hoje 99 estruturas administrativas: 32 secretarias, 28 autarquias, 33 administrações regionais e 06 órgãos especializados. Diversas atividades são sobrepostas, com ações que não chegam a quem precisa. Algumas secretarias não possuem competências definidas de forma clara.

No caso do servidor distrital, o descaso da atual gestão é fator preponderante na desmotivação e na falta de aproveitamento das competências dos mesmos. Diversas denúncias de assédio moral criam um ambiente tenso que acaba afastando os servidores das suas atribuições.

Outro problema grave é a falta de integração entre os órgãos. Cada unidade tem seu sistema, que não conversa com as outras unidades, criando retrabalho e bolsões de ineficiência. A tecnologia precisa ser aplicada e os processos redesenhadados, otimizados para a integração entre os órgãos através da comunicação de dados e processos.

A estrutura desorganizada acaba afetando a qualidade dos

serviços públicos prestados no DF, tornando-os uma vergonha nacional. Serviços básicos como identificação e emissão de CNH têm os maiores prazos de execução do Brasil. Os postos Na Hora, surgidos para a melhoria dos serviços públicos, onde integra num mesmo local diversos serviços e produz celeridade nos processos, estão defasados tecnologicamente e em situação de abandono.

3. Os 27 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O nosso plano DF Melhor pra Todos tem 27 objetivos estruturados para o alcance dos desafios listados nos 09 eixos acima. São objetivos que nortearão as ações para a solução dos problemas que afligem a população do Distrito Federal. Os objetivos são basilares e nortearão a reforma administrativa que será realizada na gestão do DF.

SAÚDE

3.1. Reestruturar a Saúde, integrando a gestão de todo o sistema

Ampliar a rede de oferta dos serviços de saúde pública, saúde da família e UBS

Ampliar o número de Policlínicas nas Regiões Administrativas. Fazer estudo de acordo com utilização e demanda reprimida para estabelecer o número ideal de leitos na rede hospitalar do Distrito Federal durante o próximo quadriênio;

Reativar a Carreta móvel para cuidar da saúde da Mulher; Reativar os Postos de Saúde que foram fechados;

Realizar parcerias com a rede privada de hospitais e instituir plantões 24h no formato de mutirões para a realização de cirurgias eletivas com o objetivo de zerar as filas de espera, também em Radioterapia;

Ampliar a oferta de serviços de laboratório, imagem e exames de

maior complexidade, construindo uma Central de Exames e Diagnóstico para atender a todos os hospitais da rede;

Instalar um Centro de Referência de Atendimento às Pessoas com Deficiência onde hoje funciona a residência oficial do governo;

Construir o Hospital do Idoso



O aumento da expectativa de vida da população idosa ocorre devido a fatores como educação, saúde, índice de violência, saneamento básico e alimentação, destacando ainda o Estatuto do Idoso como uma das ferramentas importantes na defesa dessa parcela da população. Essa geração deve dar exemplo às gerações futuras, porque cuidar do idoso é respeitar o melhor do nosso passado. Assim sendo, Governo Melhor pra Todos do Distrito Federal vai dar os primeiros passos para construir o Hospital do Idoso, assim como temos Hospitais voltados para as crianças e para as mulheres em outras unidades da federação.

3.2. Melhorar a qualidade dos serviços de saúde com a organização dos profissionais da saúde de acordo com a sua formação e experiência

a) Motivar a equipe para o aumento de produtividade com qualidade

O Brasil tem uma média de dois médicos para cada mil habitantes, proporção bem abaixo do ideal, sem falar da distribuição irregular dos profissionais pelo território nacional. Aqui no DF esse problema se agrava mais ainda, pois a média nacional de médicos na rede pública é

de cerca de 58% e aqui no DF é de cerca de 30%. Temos que reverter esse quadro e fazer com que a rede pública de saúde volte a ser atrativa para médicos e outros profissionais da saúde.

Um dos problemas é a remuneração inferior à da rede privada, que afasta os médicos de excelência do SUS. Além disso, também faltam incentivos que estimulem a participação ativa de médicos, enfermeiros, radiologistas, entre outros profissionais. Nesse caso, algumas medidas podem ser tomadas para melhorar a produtividade dos profissionais da saúde e também para aumentar a motivação, como, por exemplo, estabelecer metas qualitativas e quantitativas em conjunto com o time e oferecer gratificações por desempenho com base nos resultados.

b) Minimizar falhas de gestão com profissionais capacitados

De acordo com um estudo realizado pelo TCU, problemas como a falta de remédios em hospitais públicos não estão relacionados à ausência de recursos. O que acontece, na maior parte dos casos, são falhas na gestão. É importante que os profissionais responsáveis pelo gerenciamento de processos tenham experiência não somente na área da saúde, mas também em gestão e em funções administrativas. Também é necessário o acompanhamento de perto, cobrando resultados efetivos e o cumprimento das metas estabelecidas.

c) Otimizar o atendimento em prontos-socorros

Otimizar o direcionamento com comunicação de dados para os casos urgência para os prontos-socorros e redirecionar os casos mais leves para outros equipamentos de saúde.

E na atenção primária? Esse atendimento é fundamental para reduzir a pressão sobre os prontos-socorros e hospitais da rede pública. Segundo uma pesquisa feita pelo Conselho Federal de Medicina, o atendimento em prontos-socorros tem um grau de dificuldade intermediário em relação ao acesso do serviço.

É necessário fazer campanhas educativas para se criar uma cultura de prevenção e assim evitar-se a pressão sobre esse tipo de atendimento. Já existem propostas como mutirões de vacinação, orientações para prevenção de doenças, Programa Saúde da Família, Programa Remédio em Casa e acompanhamento psicossocial. A central de regulação precisa ser otimizada com a comunicação de

dados sendo utilizada para racionalizar e deixar o atendimento mais preciso. A ideia é utilizar a tecnologia para oferecer à população um aplicativo móvel, onde o usuário tem acesso aos seus agendamentos, atendimentos, medicamentos receitados e exames realizados pelos estabelecimentos de saúde do SUS. Assim, a demanda pelo atendimento presencial é diminuída e os profissionais conseguem otimizar e priorizar seus atendimentos de forma adequada.

d) diminuir a espera na recepção

Segundo pesquisa recente, mais de 30% de todos os entrevistados estavam na fila do SUS para a marcação de uma consulta, realização de algum procedimento ou tinham um familiar nessa situação. O tempo de espera médio para 47% dos entrevistados era de até 6 meses. Apenas 24% conseguiram ser atendidos em menos de um mês e 29% esperaram mais de 6 meses. A informatização da rede para um sistema de gestão hospitalar é uma boa solução para esse problema. A coleta de dados por meio de prontuários eletrônicos reduz o consumo de materiais de escritório e aumenta a velocidade do atendimento, além de diminuir a chance de erros. Essa ficha informatizada disponibiliza aos profissionais exames, diagnósticos, internações e dados que ajudam em futuros tratamentos, com a possibilidade de serem acessados em qualquer lugar.

e) Promovendo o atendimento familiar integrado

Uma estratégia para alcançar melhores resultados no atendimento à saúde é fortalecer um atendimento familiar integrado, para dar continuidade aos tratamentos e prevenir problemas mais graves — principalmente à parcela da população que vive de forma vulnerável. Para isso, é fundamental ter equipes multidisciplinares e capazes de realizar tarefas como:

- compreender a realidade das famílias e identificar os problemas de saúde a que estão expostas;
- executar procedimentos necessários de vigilância à saúde;
- assegurar a continuidade nos tratamentos;

- garantir assistência integral, mantendo contato com as famílias e promovendo a saúde a partir da educação sanitária;
- estimular discussões sobre conceito de cidadania entre as comunidades etc.

f) Investindo em tecnologia

A transformação digital traz mudanças significativas, mas é fundamental que ela seja orientada para a humanização dos processos no atendimento público de saúde. Para hospitais, o surgimento de tecnologias capazes de auxiliar nos cuidados é imprescindível. A criação do Prontuário do Cidadão (PEC) foi apenas o primeiro passo, que abriu espaço para a inserção de outras tecnologias, como o Registro Eletrônico de Saúde (RES).

De fato, a tecnologia auxilia o atendimento público de saúde de ponta a ponta, e permite a implementação de diferentes soluções. Além disso tudo, ter um planejamento estratégico é essencial e torna possível antecipar possíveis percalços e buscar melhorar cada vez mais o atendimento público de saúde.

3.3. Dinamizar a gestão da Rede Distrital de Saúde com a Integração da Secretaria de Saúde com as Administrações Regionais

O aperfeiçoamento das Redes de Atenção à Saúde aponta para uma maior eficácia na produção de saúde, melhoria na eficiência da gestão do sistema de saúde no espaço regional, e contribui para o avanço do processo de efetivação do SUS.

A transição entre o ideário de um sistema integrado de saúde conformado em redes e a sua concretização passam pela construção permanente nos territórios, que permita conhecer o real valor de uma proposta de inovação na organização e na gestão do sistema de saúde.

Hoje a Secretaria de Saúde não tem diálogo algum com as Administrações Regionais, perdendo-se um grande potencial para

atualização e melhor planejamento das redes de atenção à Saúde.

Outra questão fundamental será encerrar as atividades do IGES-DF. Após os inúmeros escândalos e da ineficiência da gestão do IGES-DF, a proposta é voltar para gestão direta dos hospitais hoje gerenciados pelo instituto, aproveitando o pessoal hoje contratando-os de forma temporária e, posteriormente, realizando concursos.

Educação

3.4. Priorizar e expandir o atendimento à primeira infância com a implantação de um modelo inovador de creche para reduzir o déficit existente na Educação de Primeira Infância (Criança de Futuro)

Em consonância com a Meta 1 do Plano Nacional de Educação – PNE, universalizar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, 100% (cem por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final do governo. Para isso serão feitas parcerias público-privadas para oferecer creches híbridas (locais transformados em creches) em cada uma das regiões administrativas. Ao lado da construção de novas creches, usar as parcerias público privadas para ampliar de forma rápida a oferta de educação infantil.

3.5. Transformar paulatinamente as escolas de ensino médio em escolas profissionalizantes (ofertantes de cursos técnicos)

Garantir a oferta de cursos técnicos voltados para o aluno que vai cursar o ensino médio e quer aprender uma profissão. Em todo o país, essa modalidade é amplamente oferecida integrado ao ensino médio, o aluno cursa os dois ao mesmo tempo. A vantagem do ensino técnico é dar oportunidade ao estudante entrar mais rápido no mundo de trabalho. O mercado exige do técnico conhecimentos para atuar, principalmente, em nível operacional. Significa a chance para

o jovem ingressar na vida profissional, gerar a própria renda e ganhar experiência. A partir daí, ele pode aprofundar os conhecimentos na faculdade e ganhar uma visão mais crítica para desempenhar funções gerenciais que necessitam de formação superior.

3.6. Priorizar e incentivar a modernização da Educação Básica com ferramentas tecnológicas

a) Capacitação e Valorização dos Professores

Sabemos que o ofício de educar não é nada simples, essa é uma tarefa que demanda não só conhecimento técnico, mas habilidade para transmitir esse conhecimento a pessoas com diferentes perfis e que estão em pleno desenvolvimento. Portanto, essa é uma missão que se torna ainda mais complicada quando o professor não tem capacitação e quando não é valorizado.

Dessa maneira, é importante que a escola ofereça cursos de atualização e garanta que esse educador domine não só todos os recursos de aprendizagem (material didático e tecnologia, por exemplo), mas saiba também se relacionar com o aluno — na hora de ensinar, promover sua participação e entender que cada estudante é único, ou seja, que ele necessita de um olhar diferenciado.

Outro ponto é valorizar o professor, não somente com um salário digno, mas ouvindo suas opiniões e reconhecendo quando ele faz um bom trabalho ou alcança as metas estabelecidas pela escola. O resultado é um educador preparado, motivado e que busca meios inovadores de transmitir o conhecimento.

b) Adoção de uma plataforma de ensino

Para obter a qualidade na educação, é preciso despertar o interesse do aluno pela aprendizagem, o que é possível com meios mais dinâmicos e atuais de ensinar. Como fazer isso? Utilizando uma plataforma de ensino, que contempla, além dos livros didáticos contextualizados, o acesso digital a um portal, com videoaulas, monitoria online e outras ferramentas interativas. Esse modelo atende

a uma educação mais moderna, que comprehende que o aluno se transformou. Esse estudante é diferente do que frequentava as escolas algumas décadas atrás e, assim, demanda uma forma de aprendizado que corresponda ao seu perfil.

c) Estímulo ao protagonismo dos alunos

Esse novo aluno, que nasceu na era digital, está habituado a usar a tecnologia para descobrir o mundo, de modo que essa realidade precisa fazer parte do ambiente escolar. Do contrário, a escola não consegue atrair e manter a atenção desse aluno nas aulas. Vale ressaltar que, graças à tecnologia, as informações estão à disposição dos alunos a todo o momento, o que faz com que eles já cheguem na sala de aula com algum conhecimento prévio sobre certos assuntos. Assim, ao preparar suas aulas, os professores precisam levar isso em conta e não agir como se eles fossem os únicos detentores do conhecimento que os alunos assimilam diariamente. Por essa razão, é necessário oferecer aulas dinâmicas e recursos que permitam a participação desse estudante, que deixou de ser um elemento passivo na relação de aprendizagem. Ele precisa ser encorajado a fazer perguntas, pôr a “mão na massa” e dar feedbacks para que a escola busque um aprimoramento contínuo.

d) Inserção da tecnologia na sala de aula

Como dissemos, a geração atual não vive sem tecnologia e, portanto, o ambiente de aprendizagem não pode estar alheio a essa demanda. Existem, inclusive, ferramentas que propõem a dinâmica de um jogo virtual ao apresentar o conteúdo, envolvendo o aluno — esse processo é chamado de gamificação. É importante que todos os recursos tecnológicos sejam bem direcionados, ou seja, que eles tenham objetivos claros e consigam atender as necessidades individuais de cada aluno, tornando o conteúdo atraente. Com isso, seu aproveitamento será mais satisfatório. Algo que colabora muito para a melhora da qualidade na educação por meio da tecnologia é uma plataforma de ensino. Por si só, isso já é uma grande inovação capaz de despertar o interesse dos alunos. Quando bem usado, esse tipo de

tecnologia pode fazer toda a diferença nessa empreitada. Uma boa plataforma de ensino dispõe de recursos para identificar as dificuldades de cada aluno nas disciplinas e, assim, sugerir exercícios e videoaulas de acordo com o seu ritmo de aprendizagem. Pode-se dizer que a plataforma se adapta para proporcionar a melhor experiência aos estudantes de forma individual.

Essa inovação também conta com jogos educacionais, uma maneira muito eficaz de atrair o aluno para o momento de estudo. Nesses jogos, o aluno aplica conhecimentos relacionados aos conteúdos abordados na escola, em sala de aula. Desse modo, ele se sente estimulado a continuar acompanhando as aulas à medida que avança no jogo. As videoaulas, que existem em quantidade abundante na plataforma de ensino, permitem que o aluno revise os assuntos das aulas, tirando dúvidas e assimilando melhor esses conteúdos. Essa é uma forma de contar com as explicações dos docentes em tempo integral. Com a tecnologia, o dia a dia do professor fica mais produtivo. Isso ocorre porque ele passa a dispor de recursos para acompanhar os relatórios de aprendizagem da turma e de cada estudante, podendo identificar e dar um suporte mais detalhado para aqueles que estão com dificuldades.

e) Manutenção do espaço físico

Assim como a convivência dentro da escola influencia o aprendizado, o espaço físico também tem seu peso na busca pela qualidade na educação. Afinal, uma escola funcional e esteticamente agradável consegue ser mais convidativa aos alunos. Por esse motivo, a direção da escola deve zelar pela manutenção do prédio, fazendo com que sua infraestrutura possa ser aproveitada ao máximo. A quadra de esportes e os laboratórios, por exemplo, precisam estar sempre à disposição dos alunos e professores. Além disso, obter novos recursos tecnológicos vai contribuir para o aprimoramento do espaço físico escolar.

f) Participação da comunidade escolar

A qualidade na educação é um objetivo de todos que fazem parte da comunidade escolar. Em vista disso, essa comunidade precisa

acompanhar os resultados das ações que visam melhorar o aprendizado na escola. Por isso, a direção da escola deve ser transparente no que se refere às decisões que impactam no ensino oferecido aos alunos. Para que essas decisões sejam compartilhadas de forma efetiva e para que os pais e responsáveis participem da administração democrática da escola, uma opção é a criação de conselhos escolares. Essa maior participação da comunidade escolar também deve acontecer nos eventos realizados na escola, como as reuniões de pais, festas, mostras culturais e demais eventos.

3.7. Oferecer condições de qualificação e busca da excelência permanente na Gestão Escolar e dos professores e servidores da educação

Garantir que gestor tenha clareza de que todas as ações dele devem privilegiar o desenvolvimento integral do aluno. Ele é o propósito da gente estar dentro da instituição. Um outro aspecto da gestão escolar é olhar para sua equipe a fim de que possam continuar se desenvolvendo como profissionais. E pra isso, é uma atribuição desse gestor que ele seja parceiro e tenha escuta atenta, a fim de que comprehenda as dificuldades de cada um. Também que abra espaço para o diálogo, desenhe metas, seja muito sincero e transparente nessas devolutivas. Compartilhe não só feedbacks para o desenvolvimento, mas para reconhecimento também.

Além disso, um gestor que olhe pro mundo e entenda o que está acontecendo. Assim, possa fazer os recortes dessas questões urgentes e necessárias para trazer ao cotidiano da escola. E, por último, um gestor que seja o guardião e o disseminador da missão e da identidade da escola. O que faz necessário ter sensibilidade e intervenção cuidadosa para que possa fazer com que os valores, a identidade e a cultura dessa instituição transpareçam no cotidiano.

3.8. Implantar o conceito, a visão de educação de ponta a ponta – da primeira infância até o ensino superior (Universidade do Distrito Federal)

Criar instituições, começando pela Universidade do Distrito

Federal, que oferte todos os níveis de educação, integrando assim qualidade de ensino, profundidade na formação e conhecimento sem fronteiras. Além de colaborarem para o aperfeiçoamento dos profissionais, as escolas de ensino básico e profissional cumprem seu papel social, de oferecer educação de qualidade.

SEGURANÇA

3.9. Reduzir a Criminalidade com programas de reeducação com apoio psicológico

A Segurança Pública no Distrito Federal é um dos fatores determinantes para o seu desenvolvimento, pois a insegurança, o crescimento da criminalidade e do tráfico de drogas comprometem, decisivamente, as condições de vida da sociedade, que anseia por tranquilidade no seu esforço de trabalhar, estudar e viver com dignidade. Nos últimos anos, o crescimento do desemprego no DF e no Entorno, aliado à elevação da precariedade dos serviços públicos de responsabilidade do governo do Distrito Federal, produziu o crescimento vertiginoso da violência, incluindo Brasília nas estatísticas de crimes que tipicamente não faziam parte de seu cotidiano, o que exige novas soluções, investimentos e adequação da segurança pública a essa realidade. No entanto, o desaparelhamento gradual das polícias civis, militares e bombeiros impediram que o problema fosse enfrentado técnica e operacionalmente, deixando o brasiliense tomado pelo sentimento generalizado de insegurança.



As ações mais importantes para resgatar a segurança no DF são:

- Promover a recomposição das perdas salariais dos policiais e bombeiros militares;
- Incrementar o policiamento nas áreas rurais com uso de novas tecnologias,
- Estruturar sistema de vigilância eletrônica nas vias públicas do DF e implementar parcerias público privadas com os comércios e empresas visando o compartilhamento de informações para prevenção e repressão de delitos;
- Reaparelhar os Institutos de Criminalística e de Identificação, bem como o de Medicina Legal.
- Resgatar a paridade entre os subsídios das polícias civil e federal;
- Integrar as polícias do Distrito Federal com as polícias de Goiás, Minas Gerais, com as Forças Armadas, Agência Brasileira de Inteligência, Receita Federal e Polícia Rodoviária Federal
- Promover ações para a reabertura das Delegacias fechadas da Polícias Civil do DF;
- Expansão do Programa Rede de vizinhos protegidos, que tem grupos de Whatsapp com os moradores e relação direta e rápida com a polícia militar.
- Integrar os bancos de dados dos órgãos de segurança;
- Criar uma Central de Operações Integradas da Segurança Pública;
- Implementar sistema interligado de comunicação entre motoristas, cobradores de ônibus, taxistas e outros meios individuais de transporte para monitorar ações delituosas em tempo real;
- Fortalecer o relacionamento da comunidade no combate à criminalidade, estimulando-a a participar do monitoramento de ações ou pessoas suspeitas;
- Criar um serviço de Alarme do Pânico que visa garantir comunicação instantânea com a polícia para mulheres com medidas protetivas.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

3.10. Garantir segurança alimentar e nutricional e reduzir o número de pessoas em situação de rua no DF

Com a crise econômica, o número de famílias passando fome no DF aumentou consideravelmente. O aumento de restaurantes comunitários a preços acessíveis é fundamental e a instituição do cartão Voucher Alimentação para famílias com até meio salário mínimo per capita são instrumentos indispensáveis para solução do problema.

Outra questão é o número de moradores de rua, que necessitam de acolhimento e locais para pernoitar. Criar modelos inteligentes de hospedagem e alimentação, usando os espaços comunitários.

Além disso, serão criados cursos profissionalizantes voltados para a população de rua, permitindo que eles adquiram qualificação e possam deixar a situação de vulnerabilidade social.

CULTURA, ESPORTE E LAZER

3.11. Promover a implantação de uma rede de museus que "mostrem a história" do Brasil e de Brasília, que deem ênfase à história, à ciência, aos nossos recursos naturais, à nossa arte, com o objetivo de fortalecer a nossa consciência cultural.

Reforma do Teatro Nacional

Criação da Copa Norte Sul de Futebol Amador

Estruturação de uma rede de campos de futebol amador para a realização de campeonatos e atividades esportivas

Recuperação e construção de vilas olímpicas

Campanhas publicitárias que promovam o aumento do número de

visitantes nos espaços culturais

Criação de um evento artístico e cultural que reúna música, dança e teatro – “Quadrinho Festival”

3.12. Ampliar a oferta de equipamentos como academias ao ar livre e incentivar a prática de atividades físicas em todas as idades.

Reforma das quadras poliesportivas em todas as RAs

Programas de incentivo ao uso da bicicleta

Manutenção das academias populares (academias de rua).

DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

3.13. Planejar e construir unidades habitacionais com equipamentos públicos

Construir novos condomínios com unidades habitacionais em todas as regiões administrativas do DF com praças e quadras poliesportivas

Apoiar o desenvolvimento de pesquisa para soluções habitacionais sustentáveis urbanas e rurais, que priorizem o uso racional e o reuso da água, incentive o aproveitamento de águas pluviais e elimine o desperdício

3.14. Implantar o "maior programa brasileiro" de regularização fundiária urbana

Promover a regularização fundiária e o reordenamento territorial do Distrito Federal, de modo a garantir a qualidade de vida para todos, bem como a proteção dos recursos naturais, de acordo com sua destinação

social, econômica e ambiental – Programa “A Terra é Sua”.

3.15. Reformar e construir espaços públicos de lazer e vivência

O Distrito Federal já foi modelo no Brasil de espaços públicos como parques infantis e quadras poliesportivas. Hoje não há manutenção e os espaços oferecem perigo de acidentes. Necessário fazer um amplo programa de construção e reformas destes equipamentos públicos.

3.16. Promover a responsabilidade e consciência ambiental, principalmente no tocante à oferta hídrica

Executar ações de educação ambiental nas escolas e parques recreativos

Realizar ações para garantir a qualidade da água do Lago Paranoá

Elaborar um plano de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca no Distrito Federal;

Incentivar a instalação de unidades de processamento de pneus, vidros e a economia da reciclagem, com capacitação de catadores, assegurando sua participação na gestão dos resíduos sólidos

Implantar soluções tecnológicas sustentáveis de separação, processamento e industrialização do lixo urbano;

TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

3.17. Implantar programa de engenharia de tráfego com base tecnológica para melhorar a fluidez e a segurança no trânsito

Desenvolver parceria com o Governo Federal e com os Governos

dos Estados de Goiás e Minas Gerais para planejamento dos fluxos entre o entorno e o DF

Desenhar um plano integrado entre as diversas modalidades de transporte urbano, incentivando o uso de bicicletas e transporte coletivo

Promover estudos sobre as principais zonas de perigo (com mais acidentes de trânsito) e oferecer soluções rápidas, como a via azul para motocicletas.

3.18. Qualificar a oferta de transporte coletivo visando a modernização do sistema

Modernizar o sistema de transporte coletivo do Distrito Federal, focando a transporte de superfície com monotrilhos ligando as regiões norte e as expansões sul, leste e oeste.



Executar de forma eficiente a manutenção de trilhos e vagões do Metrô, reduzindo a superlotação e os frequentes atrasos.

Criação de um cartão de transporte específico para a população de baixa renda.

Construção de pontos de apoio no aeroporto e outros pontos de maior movimento para motoristas de aplicativo e taxistas.

EMPREGO E RENDA

3.19. Incentivar o empreendedorismo e melhorar o ambiente de negócios no DF – do Micro ao Grande

Criar programas de promoção econômica com o objetivo de atrair investimentos produtivos externos sustentáveis para o Distrito Federal;

Implantar o Planalto Digital, nos moldes do Porto Digital da cidade de Recife/PE, criando condições para a instalação da iniciativa privada (400 startups nos 4 anos de governo) e de polos tecnológicos voltados para biotecnologia, nanotecnologia e fármacos

Promover polos de desenvolvimento em cada região administrativa, aproveitando as vocações específicas de cada área

3.20. Criar linhas de crédito efetivamente acessíveis aos microempreendedores urbanos e rurais com qualificação técnica e sem burocracia

Ampliar políticas de apoio para micro e pequenos empreendedores do DF com acesso a créditos subsidiado do BRB por meio de seguro solidário em substituição as formas convencionais de garantia – **Empreender Melhor DF.**



Ajustar os critérios de concessão de crédito para possibilitar a inclusão de mais beneficiários.

Reducir a burocracia para a concessão de crédito, instituindo unidades de assessoramento para a concessão de crédito.

Qualificação técnica para os empreendedores e sua equipe de colaboradores, em parceria com o SEBRAE e Sistema S.

3.21. Atrair e estimular a criação de novas empresas no DF e entorno

Apoiar a implantação de áreas e consolidação de empreendimentos industriais, comerciais e de serviços nas Regiões Administrativas e cidades do Entorno do Distrito Federal para ampliar a oferta de empregos regionais e desconcentrar o fluxo viário.

Incentivar a criação de clusters (empresas do mesmo segmento), aproveitando a localização privilegiada do Distrito Federal em relação à distribuição para todo o país.

Avaliar as propostas de criação, expansão ou aperfeiçoamento de políticas de concessão de incentivos fiscais e medir seus custos e benefícios;

Desenvolver programa de apoio à pesquisa e inovação das iniciativas econômicas relacionadas à sustentabilidade ambiental e ao reaproveitamento e industrialização de resíduos sólidos

Criar Unidades Incubadoras e de Empreendedorismo para reduzir custos de implantação de iniciativas econômicas nas Regiões Administrativas do DF e facilitar o acesso aos planos de governo

3.22. Desenvolver o potencial turístico e cultural

Desenvolver Programa de Ecoturismo para estudantes da rede pública do Distrito Federal, como forma de conscientização sobre a importância do meio-ambiente

Dinamizar a vocação turística do Planetário de Brasília e dos memoriais dos pioneiros da construção da capital: Memorial JK, Memorial Oscar Niemeyer, Memorial Israel Pinheiro e Casa de Lúcio Costa;

Aproveitar o potencial turístico da Torre Digital e Mirante

Recuperar o Museu de Arte de Brasília e o Teatro Nacional

3.23. Gerar empregos de forma planejada em todas as regiões administrativas

A retomada das ações de governo para estimular a economia e a geração de empregos é medida urgente para a retomada do crescimento econômico do Distrito Federal. O Plano de Governo DF Melhor pra Todos, principalmente com o Programa Empreender MelhorDF, promoverá medidas de incentivo capazes de manter as aptidões econômicas do DF, bem como apoiará novas atividades que priorizem a geração de emprego e renda para as famílias brasilienses.

Promover o aperfeiçoamento e a qualificação profissional de trabalhadores dos setores vocacionados na economia sustentável, bem como a inclusão dos desempregados nas áreas de serviços, comércio, indústria e agropecuária;

Ampliar o serviço de transporte noturno para atender trabalhadores e estudantes;

Inovar nos programas de capacitação para a população desempregada, facilitando seu acesso por cursos remotos e por meio de incentivo ao deslocamento

GESTÃO PÚBLICA

3.24. Dinamizar o Governo Digital no GDF para integrar e melhorar o atendimento, a qualidade, a celeridade e a satisfação

dos serviços públicos

Usar soluções tecnológicas já disponíveis para integrar os diversos órgãos públicos, reduzindo o desperdício de recursos e o retrabalho.

Mapear os processos e integrar fluxos para aumento da celeridade e qualidade dos serviços administrativos prestados.

Qualificar o Na Hora, que está com processos ultrapassados e atualmente não atende às necessidades do cidadão

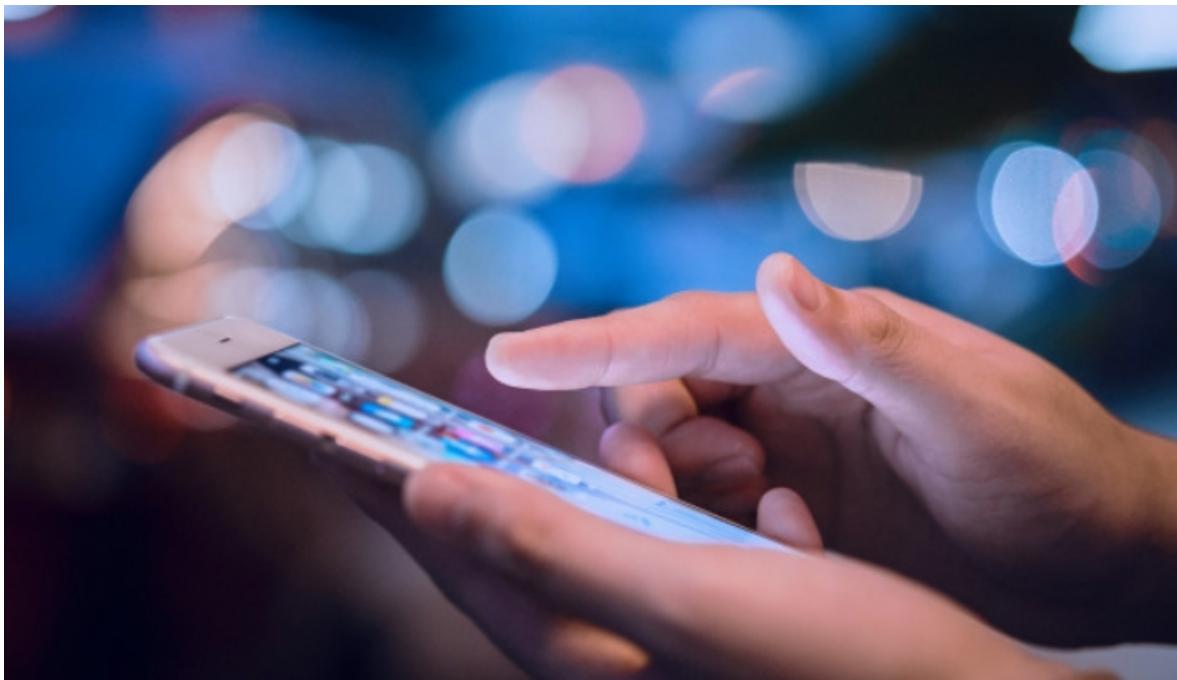
3.25. Programa de modernização, valorização e qualificação para todos os servidores com perspectiva de evolução profissional baseado em Missão, Visão e Valores

O servidor estará no centro das decisões e, portanto, terá a devida valorização, seja através da melhor remuneração, de programas de incentivo ou de melhor qualificação Instituição do Programa Servidor Melhor, que coletará as avaliações dos mesmos sobre os resultados das políticas públicas e novas ações

Criação do programa de realocação e movimentação dos servidores, para melhor aproveitamento das qualificações de cada um.

3.26. Criar programas que estimulem a eficiência dos serviços administrativos

Implantar de forma eficaz o governo eletrônico, atualizando a carta de serviços públicos disponíveis digitalmente e simplificando os sítios/aplicativos Criação do Aplicativo **DF na Palma da Mão**, que reunirá numa plataforma integrada os serviços públicos ofertados em meio digital e as informações em tempo real das principais áreas do GDF.



Qualificar as Ouvidorias em cada uma das pastas e nas Administrações Regionais, para receber e tratar as reclamações e elogios dos cidadãos.

3.27. Aumentar a transparência e a participação da sociedade nos processos de alocação orçamentária e de licitações, com a unificação do portal da transparência e de todos os serviços prestados em uma única plataforma

Criar nas Administrações Regionais a cultura de reuniões periódicas para participação social na alocação dos recursos orçamentários.

Estimular a participação da sociedade civil nas licitações de grande monta.

3.28. Programa Leite Pão - fome não

Distribuição de alimentos para as pessoas cadastradas no CRAS - nos restaurantes comunitários e em unidades móveis.

